

# MEIO AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE E AGROECOLOGIA

Tayronne de Almeida Rodrigues  
João Leandro Neto  
Dennyura Oliveira Galvão  
(Organizadores)



**Atena**  
Editora

Ano 2019

**Henrique Ajuz Holzmann**

(Organizador)

# **Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia**

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

M514 Meio ambiente, sustentabilidade e agroecologia [recurso eletrônico] /  
Organizadores Tayronne de Almeida Rodrigues, João Leandro  
Neto, Dennyura Oliveira Galvão. – Ponta Grossa (PR): Atena  
Editora, 2019. – (Meio Ambiente, Sustentabilidade e  
Agroecologia; v. 1)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-321-7

DOI 10.22533/at.ed.217191604

1. Agroecologia – Pesquisa – Brasil. 2. Meio ambiente – Pesquisa  
– Brasil. 3. Sustentabilidade. I. Rodrigues, Tayronne de Almeida.  
II. Leandro Neto, João. III. Galvão, Dennyura Oliveira. IV. Série.

CDD 630

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

## APRESENTAÇÃO

A obra Meio Ambiente, Sustentabilidade e Agroecologia vem tratar de um conjunto de atitudes, de ideias que são viáveis para a sociedade, em busca da preservação dos recursos naturais.

Em sua origem a espécie humana era nômade, e vivia integrada a natureza, sobreviviam da caça e da colheita. Ao perceber o esgotamento de recursos na região onde habitavam, migravam para outra área, permitindo que houvesse uma reposição natural do que foi destruído. Com a chegada da agricultura o ser humano desenvolveu métodos de irrigação, além da domesticação de animais e também descobriu que a natureza oferecia elementos extraídos e trabalhados que podiam ser transformados em diversos utensílios. As pequenas tribos cresceram, formando cidades, reinos e até mesmo impérios e a intervenção do homem embora pareça benéfica, passou a alterar cada vez mais negativamente o meio ambiente.

No século com XIX as máquinas a vapor movidas a carvão mineral, a Revolução Industrial mudaria para sempre a sociedade humana. A produção em grande volume dos itens de consumo começou a gerar demandas e com isso a extração de recursos naturais foi intensificada. Até a agricultura que antes era destinada a subsistência passou a ter larga escala, com cultivos para a venda em diversos mercados do mundo. Atualmente esse modelo de consumo, produção, extração desenfreada ameaça não apenas a natureza, mas sua própria existência. Percebe-se o esgotamento de recursos essenciais para as diversas atividades humanas e a extinção de animais que antes eram abundantes no planeta. Por estes motivos é necessário que o ser humano adote uma postura mais sustentável.

A ONU desenvolveu o conceito de sustentabilidade como desenvolvimento que responde as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer seus próprios anseios. A sustentabilidade possui quatro vertentes principais: ambiental, econômica, social e cultural, que trata do uso consciente dos recursos naturais, bem como planejamento para sua reposição, bem como no reaproveitamento de matérias primas, no desenvolvimento de métodos mais baratos, na integração de todos os indivíduos na sociedade, proporcionando as condições necessárias para que exerçam sua cidadania e a integração do desenvolvimento tecnológico social, perpetuando dessa maneira as heranças culturais de cada povo. Para que isso ocorra as entidades e governos precisam estar juntos, seja utilizando transportes alternativos, reciclando, incentivando a permacultura, o consumo de alimentos orgânicos ou fomentando o uso de energias renováveis.

No âmbito da Agroecologia apresentam-se conceitos e metodologias para estudar os agroecossistemas, cujo objetivo é permitir a implantação e o desenvolvimento de estilos de agricultura com maior sustentabilidade, como bem tratam os autores desta obra. A agroecologia está preocupada com o equilíbrio da natureza e a produção de alimentos sustentáveis, como também é um organismo vivo com sistemas integrados

entre si: solo, árvores, plantas cultivadas e animais.

Ao publicar esta obra a Atena Editora, mostra seu ato de responsabilidade com o planeta quando incentiva estudos nessa área, com a finalidade das sociedades sustentáveis adotarem a preocupação com o futuro.

Tenham uma excelente leitura!

Tayronne de Almeida Rodrigues

João Leandro Neto

Dennyura Oliveira Galvão

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CRISE CONTEMPORÂNEA AMBIENTAL: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO	
João Leandro Neto	
Tayronne de Almeida Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2171916041</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
A IMPORTÂNCIA DO EMPODERAMENTO DA MULHER CAMPONESA NA GESTÃO DA PROPRIEDADE RURAL	
Jéssica Puhl Croda	
Djoney Procknow	
Samara Lazarotto	
Denise Gazzana	
Oscar Agustin Torres Figueredo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2171916042</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
A SUSTENTABILIDADE DA MATRIZ ENERGÉTICA BRASILEIRA: A PERSPECTIVA DO ESTADO E O CONTRA-ARGUMENTO	
Fernando Oliveira Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2171916043</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>30</b>
AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: MATERIAIS SUSTENTÁVEIS EM CONSTRUÇÕES DE IES PÚBLICAS	
Stephane Louise Boca Santa	
Rozineide Aparecida Antunes Boca Santa	
Elisete Dahmer Pfitscher	
Humberto Gracher Riella	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2171916044</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>38</b>
AGROFLORESTA E SEUS BENEFÍCIOS SALIENTANDO AS VANTAGENS AMBIENTAIS	
Alisson Luis Soares Teixeira	
Ana Beatriz Barros Maia Gonçalves	
Glaucilaine Barbosa Campaneruti	
Larissa Pereira Caldas de Oliveira	
Viviane Pereira Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2171916045</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>52</b>
ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE O PROTAGONISMO DAS MULHERES DO CAMPO, NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL	
Flaviana Cavalcanti da Silva	
Antônio Lázaro Sant'Ana	
Ana Heloisa Maia	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2171916046</b>	

<b>CAPÍTULO 7 .....</b>	<b>65</b>
AS CONTRIBUIÇÕES DO MODO DE VIDA AGROECOLÓGICO PARA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS AMBIENTAIS	
Ana Christina Konrad Luciana Turatti Margarita Rosa Gaviria Mejía	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2171916047</b>	
<b>CAPÍTULO 8 .....</b>	<b>80</b>
BIOÉTICA, BIODIREITO E BIODIVERSIDADE: COMBATE À BIOPIRATARIA	
Ana Carolina de Carvalho Siqueira Rodrigo Dias Paes Magalhães Vanessa Iacomini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2171916048</b>	
<b>CAPÍTULO 9 .....</b>	<b>84</b>
CARACTERIZAÇÃO POLÍTICA E SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES DA FEIRA AGROECOLÓGICA E SOLIDÁRIA DO CIRCUITO DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS DA REGIÃO DO BAIXO MUNIM, MA	
Ariadne Enes Rocha Giovanna Lemos Medeiros Fabio Pierre Fontenele Pacheco Caroline Sena Cidvânia Andrade de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.2171916049</b>	
<b>CAPÍTULO 10 .....</b>	<b>100</b>
COOPERATIVISMO: AS DIFICULDADES ESTRATÉGICAS NA IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO	
Adriano Dias de Carvalho Rumeninng Abrantes dos Santos Nadia Kassouf Pizzinatto Antonio Carlos Giuliani	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21719160410</b>	
<b>CAPÍTULO 11 .....</b>	<b>114</b>
DESAFIO DO GESTOR PÚBLICO EM IMPLANTAR UMA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS COPARTICIPATIVA QUE CONTRIBUA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
Marcilene Feitosa Araújo Laize Almeida de Oliveira Gabriel Moraes de Outeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21719160411</b>	
<b>CAPÍTULO 12 .....</b>	<b>136</b>
CONCRETO COM INCORPORAÇÃO DE RESÍDUO DE PET	
Lucas Henrique Lozano Dourado de Matos Letícia Martelo Pagoto Mariana Barbosa de Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21719160412</b>	

<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>149</b>
DESCRIPÇÃO DAS METODOLOGIAS PARTICIPATIVAS PARA ELABORAÇÃO DE PLANO DE INVESTIMENTO EM TERRITÓRIO RURAL NO ÂMBITO DO PROJETO PRÓ SEMIÁRIDO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Victor Leonam Aguiar Moraes</li> <li>Emanoel Freitas Amarante</li> <li>José Carlos dos Santos Neri</li> <li>Lizianne de Castro Santos</li> <li>Sergio Luís Amim</li> <li>Carlos Henrique de Souza Ramos</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21719160413</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>155</b>
DOS EXPERIENCIAS PARA FOMENTAR LA RESPONSABILIDAD HACIA LA SOBERANÍA ALIMENTARIA ENTRE ESTUDIANTES DE JALISCO, MÉXICO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Nury Galindo Marquina</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21719160414</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>161</b>
ECOTURISMO E DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS: OBSERVAÇÕES INTRODUTÓRIAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Luciana Sanches Ferreira</li> <li>João Adalberto Campato Junior</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21719160415</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>169</b>
E-COMMERCE: LOGÍSTICA DE DISTRIBUIÇÃO E PRINCIPAIS FERRAMENTAS UTILIZADAS	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ricardo Brandão da Paixão</li> <li>Ricardo Scherrer Tomé</li> <li>Fabio Ytoshi Shibao</li> <li>Mario Roberto dos Santos</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21719160416</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>183</b>
ENSAIO POLÍTICO: A POLIDEZ CLIMÁTICA ATRAVÉS DAS CONFERÊNCIAS DAS PARTES	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Ana Cândida Ferreira Vieira</li> </ul>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.21719160417</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>196</b>
ENRIQUECIMENTO DE QUINTAIS: SEGURANÇA ALIMENTAR E MELHORIA DO BEM-ESTAR FAMILIAR	
<ul style="list-style-type: none"> <li>Phelipe Silva de Araujo</li> <li>Ariadne Enes Rocha</li> <li>Erik George Santos Vieira</li> <li>Jorge Luiz de Oliveira Fortes</li> <li>Suzzy Ferreira do Nascimento</li> <li>Asafe Mardes de Castro Silva</li> </ul>	

**DOI 10.22533/at.ed.21719160418**

**CAPÍTULO 19 ..... 212**

ESTUDO ETNOBOTÂNICO NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS: UMA AÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

Evilma Nunes de Araújo Santos  
Paulyanne Karlla Araújo Magalhães  
Mauricio dos Santos Correia

**DOI 10.22533/at.ed.21719160419**

**CAPÍTULO 20 ..... 219**

EDUCANDO Á TODOS AO MESMO TEMPO, COLETA DE ÓLEO: UM ESTUDO DE CASO

Yasmin Rodrigues Gomes  
Lilian Gama  
Tarik Plestch

**DOI 10.22533/at.ed.21719160420**

**CAPÍTULO 21 ..... 227**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL POR MEIO DE PRÁTICAS AGROECOLÓGICAS DESENVOLVIDAS NO ENSINO FUNDAMENTAL DE UMA ESCOLA PÚBLICA DE ALEGRE-ES

Ingrid Gabriella da Hora Carriço  
Mariane Pereira dos Santos Souza  
Sâmia D'angelo Alcuri Gobbo

**DOI 10.22533/at.ed.21719160421**

**CAPÍTULO 22 ..... 237**

GÊNERO, AGROECOLOGIA E ENTIDADES LOCAIS: PARTICIPAÇÃO E AÇÕES NO TERRITÓRIO DO SISAL

Edeilson Brito de Souza  
Elisabeth dos Santos Teixeira  
Glauciane Pereira dos Santos  
Josenilda dos Santos Anunciação  
Maíra dos Santos Pinheiro  
Maria Auxiliadora dos Santos Freitas

**DOI 10.22533/at.ed.21719160422**

**CAPÍTULO 23 ..... 243**

GESTÃO AMBIENTAL E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS: ASPECTOS RELEVANTES PARA A GOVERNANÇA DAS ÁGUAS NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIRANHAS-AÇU, NO RIO GRANDE DO NORTE

Marcos Antônio de Oliveira  
Erivaldo Moreira Barbosa  
Maria de Fátima Nóbrega Barbosa

**DOI 10.22533/at.ed.21719160423**

**CAPÍTULO 24 ..... 260**

GESTÃO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT

Anna Luiza Ferrari Oliveira

**DOI 10.22533/at.ed.21719160424**

**CAPÍTULO 25 ..... 271**

GOVERNANÇA DOS RECURSOS HÍDRICOS NO ESTADO DE RONDÔNIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGESTÃO

Nilda dos Santos

Gleimiria Batista da Costa

**DOI 10.22533/at.ed.21719160425**

**CAPÍTULO 26 ..... 284**

HORTA AGROECOLÓGICA COMO ESPAÇO DIDÁTICO E PROMOÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

Angélica Margarete Magalhães

Samuel Neves Neto

Mariana Justino Masugossa

Victor Oziel Meier Elias

Antonio Augusto Alves Pereira

**DOI 10.22533/at.ed.21719160426**

**CAPÍTULO 27 ..... 291**

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DE JOVENS RURAIS

Ana Rafaela Veloso Pereira

Ariadne Enes Rocha

Marcus Vinicius Nascimento Fontes

Jamires Avelino da Silva

Samara Regina Bezerra

Karlene Fernandes de Almeida

**DOI 10.22533/at.ed.21719160427**

**CAPÍTULO 28 ..... 308**

SENSIBILIZAÇÃO AMBIENTAL: UMA TENTATIVA DA REDUÇÃO DE RESÍDUOS ATRAVÉS DA RECICLAGEM DE ÓLEO DE COZINHA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DEL REI - MG

Laísa Santos Magalhães

Luciana Martins Ezequiel Sousa Lima

Diego Germini Villardi

Hélvio de Avelar Teixeira

Angélica Cristiny Ezequiel de Avelar Teixeira

**DOI 10.22533/at.ed.21719160428**

**CAPÍTULO 29 ..... 320**

TECNOLOGIAS SOCIAIS SUSTENTÁVEIS NO AMPARO DE COMUNIDADES ATINGIDAS POR DESASTRES AMBIENTAIS

Jady Rafaela Caitano dos Reis

**DOI 10.22533/at.ed.21719160429**

**CAPÍTULO 30 ..... 325**

TOCOS DIDÁTICOS: SENSIBILIZANDO CIDADÃOS PARA UMA ARBORIZAÇÃO URBANA MAIS SADIA

João Augusto Bagatini

Marco Aurélio Locateli Verdade

Tatiani Roland Szelest

DOI 10.22533/at.ed.21719160430

**SOBRE OS ORGANIZADORES..... 342**

## AS CONTRIBUIÇÕES DO MODO DE VIDA AGROECOLÓGICO PARA FORMAÇÃO DE CIDADÃOS AMBIENTAIS

**Ana Christina Konrad**

Universidade do Vale do Taquari Lajeado – Rio Grande do Sul

**Luciana Turatti**

Universidade do Vale do Taquari Lajeado – Rio Grande do Sul

**Margarita Rosa Gaviria Mejía**

Universidade do Vale do Taquari Lajeado – Rio Grande do Sul

**RESUMO:** A presença de uma vasta carga de conflitos de ordem econômica, política, social, ambiental e humana torna relevante e justificável a formação de um novo sujeito que tem, na sua origem, um cidadão capaz de compreender o seu papel na sociedade e que apoiado em princípios éticos e na ideia da alteridade, assume as suas responsabilidades para com os demais. A este sujeito se dá o nome de cidadão ambiental. O objetivo desta pesquisa foi identificar se e como, o modo de vida agroecológico se aproxima dos pressupostos teóricos que moldam o conceito de cidadania ambiental.—Inicialmente foram aprofundados os conceitos referentes ao tema proposto, buscando construir um marco teórico sólido capaz de sustentar as análises de campo e fomentar a construção dos resultados. Também realizou-se pesquisa de campo para investigar junto a um grupo de agricultores que cultivam

de maneira orgânica suas práticas ambientais, sua relação com a natureza e com os demais membros da comunidade, de forma a identificar se o modo de vida por estes assumido, contribui para formação de um cidadão ambiental. Foram aplicadas entrevistas com questões abertas. As respostas das entrevistas foram avaliadas por meio de análise de conteúdo. O método de abordagem foi o qualitativo. Das análises afloraram preceitos (proteção socioambiental; responsabilidade; participação comunitária; alteridade; ética ambiental; equidade; solidariedade e espiritualidade) que corroboraram com a tese inicial de que o modo de vida agroecológico permite que afluam junto aos cidadãos, o anseio de preservação ambiental.

**PALAVRAS-CHAVE:** Cidadania Ambiental. Agroecologia. Práticas Ambientais. Interdisciplinariedade.

**ABSTRACT:** The presence of vast economic, political, social, environmental and human conflicts make it relevant and justifiable the formation of a new person, who has in his origin, a citizen capable of comprehending his role in society and, when supported by ethical principles and on the idea of alterity, takes on his responsibilities towards the others. This person is known as an environmental citizen. The general goal of this research is to identify

whether and in which extent the agroecological life reaches the theoretical assumptions, which form the environmental citizenship. The concepts regarding to the proposed subject were initially detailed, seeking to create a solid framework capable of supporting the field analyses and instigating the construction of the results. There was also a field research to investigate along a group of farmers who cultivate in an organic way their environmental practices, their relation with nature and other community members, in order to identify whether their lifestyle contributes to an environmental citizen formation. Open-ended interview questions were applied to selected citizens. Therefore, the qualitative method was used. From the analysis came precepts (socio-environmental protection, responsibility, community participation, alterity, environmental ethics, equity, solidarity and spirituality) that corroborated with the initial thesis that the agroecological way of life allows citizens to emerge with the desire for environmental preservation.

**KEYWORDS:** Environmental Citizenship. Agroecology. Environmental Practices. Interdisciplinariedade.

## 1 | INTRODUÇÃO

O século XXI tem enfrentado uma vasta carga de conflitos socioambientais, o que denota que os limites ambientais foram explorados pelos modelos de civilização dominantes, produzindo um quadro de risco para permanência da vida no Planeta. Paradoxalmente, vive-se uma quadra da história na qual se experimenta um avanço tecnológico jamais visto anteriormente. Este, contudo, vem associado ao forte apelo ao consumo e aos meios de produção, que ignoram o real sentido do conceito de sustentabilidade (BAGGIO, 2010; TURATTI, 2010).

Diante destes fatos, nota-se que a relação entre os seres humanos e o meio ambiente tornou-se crítica, principalmente pela tendência humana em ignorar as complexas interações entre o ser cultural e biológico que caracterizam o homem com o meio ecológico que habita e pertence (Lyotard, 2009; Morin e Kern, 2005). O atual período impõe um repensar por parte da humanidade acerca das questões ambientais, exigindo mudanças de pensamento e conduta, oportunizando uma nova relação de alteridade que se faz presente no pensamento que representa a crise ecológica (Morin, 2005). Essa relação se manifesta nas características da cidadania ambiental, como um de seus pressupostos orientadores, e também, como elemento de formação de novos sujeitos, denominados cidadãos ambientais.

Tem-se assim que o exercício da cidadania ambiental deve ser impulsionado por padrões éticos e práticas de alteridade. Para tanto, a partir das perspectivas teóricas, entende-se que uma das maneiras de corresponder essas exigências encontra-se no modo de vida agroecológico, que fomenta as relações de alteridade entre todos os seres, demonstrando respeito pela natureza e pelas pessoas. Além de apresentar ganhos ambientais e sociais, através das transformações que inserem, influenciam e pressionam mudanças na maneira de se relacionar com o ambiente, na forma de

cultivar, transformar e consumir (DIAS et. al., 2015).

E é nesta conjuntura que é possível perceber uma aproximação entre a necessária mudança comportamental apontada pelos autores e a agroecologia. A partir desse entendimento, torna-se relevante investigar como o modo de vida empregado na agroecologia se aproxima dos pressupostos teóricos que moldam o conceito de cidadania ambiental e se os princípios orientadores desta atividade são capazes de influenciar ou contribuir para sua formação.

## 2 | A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE CIDADANIA AMBIENTAL E O MODO DE VIDA AGROECOLÓGICO

Para definir cidadania, primeiramente é necessário conceituar o que é ser cidadão. Conforme Cesar (2002), cidadão é o indivíduo que está em pleno gozo dos direitos civis e políticos de um Estado ou habitante de uma cidade. A palavra cidadão origina-se da expressão latina *civis*, que significa sócio da *civitas* ou *polis*, quer dizer, sócio da Cidade-Estado da Antiguidade Greco-Romana.

O conceito de cidadania adquiriu um amplo significado ao longo da história na tradição ocidental, eis que em sua origem tem dupla raiz: grega, com viés político e, latina, com tendência jurídica. Tal duplicidade pode ser percebida na atualidade, tendo em vista a disputa entre diferentes tradições, tais como republicana e liberal, ou ainda, em uma democracia participativa e uma democracia representativa (CORTINA, 2005).

Segundo Cortina (2005), a cidadania é uma relação entre um indivíduo e uma comunidade, em virtude deste ser membro de pleno direito dessa sociedade. Logo, o estatuto de cidadão é o reconhecimento oficial da integração do indivíduo na comunidade política, que no presente, assume a forma de Estado Nacional de Direito. A autora afirma que sob essa perspectiva, o cidadão que participa ativamente da administração e legislação da sua comunidade política, delibera junto com seus “concidadãos” sobre o que é justo e injusto, pois todos são dotados de “socialidade”, ou seja, a capacidade de convivência e participação na construção de uma sociedade sensata, igualitária, onde as preferências individuais dão suporte a uma vontade comum, sendo os assuntos privados secundários aos coletivos. Assim, compreende-se que a cidadania é um estatuto jurídico, uma base para requerer direitos e não somente uma implicação política.

Para Covre (2001), a cidadania depende dos sujeitos, dos grupos sociais e das condições globais da sociedade, pois permite que os cidadãos façam História em determinadas circunstâncias estruturais. Assim, é possível fazer uma ligação entre os desejos e as necessidades dos cidadãos, enquanto indivíduos e enquanto sujeitos grupais no bairro, no sindicato, nos partidos, enfim, até alcançar o âmbito global da sociedade. A autora destaca que é preciso haver uma educação para a cidadania, conscientizar a população dos seus direitos e deveres, para que possam reivindicá-los

e criar espaços para estender esse conhecimento a todos os cidadãos, a fim de que possam realmente compreender e assumir sua cidadania.

A cidadania não pode ficar limitada ao espaço territorial nacional, precisa ter uma proteção transnacional, assim como os direitos humanos. A partir dessa ideia, seria possível pertencer a uma comunidade política e ter participação independente da nacionalidade, visto que os problemas sociais e ambientais que afetam a humanidade e o planeta atravessam fronteiras e tornam-se globais. Questões como migração, pobreza, capital financeiro, desemprego, danos ambientais, em suma, as grandes questões econômicas, políticas, sociais e ecológicas não são somente nacionais, e sim, transnacionais (VIEIRA, 2005).

Carvalho (2008) e Herkenhoff (2012) afirmam que os cidadãos precisam aprender a ultrapassar seus limites utilizando suas forças e unindo-se, independente do ambiente ser adverso a isso ou da luta coletiva ser desvalorizada; será sempre mais eficaz a coletividade. É preciso dar ênfase à organização da sociedade. Para consolidar a democracia é muito importante reforçar a organização da sociedade para dar embasamento social ao político, quer dizer, democratizar o poder.

O cidadão não pode mais sujeitar-se a permanecer como simples beneficiário do Estado; precisa ser participativo e, para isso, Lapierre (2003) propõe diversas maneiras de participação. Menciona que fóruns, como conselhos regionais e municipais e, audiências públicas, possibilitam a expansão de participação nas lutas sociais.

Scherer (2008), Reis e Costa (2010) asseveram que o Estado, sozinho, não tem condições de atender às demandas, já que essas crescem numa velocidade ímpar. Entretanto, isto não desmerece o Estado no âmbito da sua função ou importância. Ao contrário, cada vez mais ele necessita se fazer presente, oferecendo condições mínimas de existência. Todavia, em razão dessa realidade, a cidadania é chamada a participar de forma atuante, para que o Estado e os cidadãos, juntos, busquem alternativas para enfrentar a problemática.

Outras maneiras de mobilizar os cidadãos para que exerçam o seu papel na cidadania, são as parcerias entre os governos locais com associações de moradores e organizações não-governamentais. Essas diversas formas de organizações são chamadas de “novos movimentos sociais”, que interagem com o Estado para o efetivo exercício da cidadania, e desenvolvem-se junto à sociedade, praticando a democracia participativa. Assim, surgem novos atores sociais que são caracterizados por não se restringirem a somente um campo de atuação, fazendo uma interação entre os cidadãos e o Estado na luta pela cidadania (CESAR, 2002; CARVALHO, 2008).

A dignidade do cidadão é o referencial do exercício público da cidadania. O cidadão, considerando-se digno, terá capacidade de compreender sua ação na sociedade e, por meio da democracia, poderá interferir nas instâncias de poder. Portanto, a relação entre o Estado e o Cidadão é o que define a cidadania. A cidadania é um processo de reflexão do indivíduo sobre si mesmo, tornando-se um ator social para exercer a solidariedade planetária e assumir sua participação social. Levando-

se em consideração o cenário exposto, Turatti (2010) afirma que o papel do cidadão carece transcender sua forma tradicional e abrigar as questões ambientais. A partir do momento que o cidadão assume sua participação na sociedade e reflete sobre o seu papel, ou seja, sua condição de cidadão ambiental, inicia-se uma caminhada para exercer a chamada “cidadania ambiental”. A autora lembra ainda que a cidadania ambiental exige uma mudança de postura da população. Para isso, é preciso investir na educação ambiental, inserindo na consciência das crianças a importante tarefa de proteger o meio ambiente, não só para eles, mas também para as gerações futuras. Ou ainda, não eliminando das suas consciências o desejo de proteção, uma vez que se quer crer que as crianças já tenham noções de proteção ambiental, as quais podem ser destruídas ou estimuladas. Processos educacionais voltados para relação holística entre homem e natureza tendem a estimular esta consciência.

A cidadania ambiental não está limitada a um determinado povo, espaço ou território, ela ultrapassa todas essas barreiras e tem como finalidade a proteção de um bem difuso comum a todos os cidadãos, o meio ambiente. Essa é a condição para que se possa criar verdadeiros cidadãos ambientais. Leite e Ayala (2004) corroboram com esta premissa mencionando que a cidadania ambiental não está delimitada espacialmente a um determinado território ou povo. Ela tem como objetivo comum a proteção do bem difuso ambiental, fugindo dos elementos presentes na cidadania clássica. Na era da sociedade de risco, verifica-se também que a cidadania ambiental deve ser exercida em termos planetários, sem fronteiras, e exige uma participação compartilhada entre o Estado e os cidadãos para conseguir alcançar seus fins de proteção das responsabilidades difusas com o ambiente. Além disso, deve ser configurada em uma ética intergeracional, ou seja, entre todas as gerações atuais e futuras.

Para alcançar essa condição Herkenhoff (2012) menciona importantes condutas inerentes à cidadania ambiental, tais como: a) participar da vida coletiva, seja no bairro, no sindicato, no trabalho, no partido político, em diferentes associações, em nível municipal, estadual ou nacional; b) ser solidário, não permitindo isolamento e egoísmo; c) ajudar no progresso dos cidadãos, na superação dos problemas sociais, sempre na medida de suas possibilidades; d) pagar impostos, respeitando as proporções das posses de cada cidadão e exigir que os impostos sejam bem aplicados; e) prestar serviço militar ou civil, quando os países são agredidos; f) lutar por um país fundado pela cooperação, boa vizinhança e nos valores de paz e justiça.

Diante dessas questões, o cidadão necessita assumir seu papel perante a sociedade em que vive. Considerando a participação um fator indispensável para a cidadania, Leite e Ayala (2004) afirmam que esse atributo colabora com a criação de um novo modelo de cidadania, a cidadania ambiental, compatível com a execução de um Estado de Direito do Ambiente. Assim, a participação na cidadania ambiental possui duas funções: a de advertência e de compromisso, enfatizando-se a responsabilidade na obtenção de significados relativos ao exercício do poder político

em relação a questões ambientais, privilegiando os interesses coletivos, pois essa forma de cidadania objetiva a proteção intercomunitária do bem ambiental, a partir dos elementos mencionados na cidadania clássica. Ela funda-se na solidariedade e participação responsável na proteção ambiental, portanto, considera-se que o cidadão não terá um compromisso de lealdade nacional, mas sim, de lealdade ecológica (LEITE; AYALA, 2004).

Partindo das premissas elencadas até o momento, entende-se que os riscos e a complexidade oriundos da crise socioambiental instituída globalmente impõem a necessária consideração do “outro” em sociedade (“outro” aqui denominado é representado, dentro da ótica da alteridade, tanto pelos demais seres humanos como pela natureza), bem como um agir justo e sustentável para com o meio ambiente (DUTRA, 2012). Decorre daí o conceito de alteridade, o primeiro pressuposto da cidadania ambiental.

A alteridade designa a diferença, distinção, situação, estado ou qualidade das relações de contraste. É através da relação de alteridade que se constituem os sujeitos, portanto, o indivíduo se faz presente no mundo por meio da intersubjetividade. A partir do momento em que o sujeito reconhece a si mesmo como outro, torna-se seu próprio objeto de reflexão, e igualmente objetiva os outros, ao reconhecê-los como sujeitos (MORIN, 2007).

Assim, para empreender uma revolução ativa do pensamento humano, no sentido da sustentabilidade ecológica, segundo Boff (2009) o sujeito precisa orientar-se por uma ética fundada na natureza, que estabelece contornos baseados na lei natural, busca um padrão de referência de que todos comunguem, compreende a natureza humana em duas dimensões: como ser racional, detentor de liberdade e autonomia, e como ser da natureza, que “se encontra enraizado como um ser-no-mundo junto com os outros”. A este novo olhar sobre as condutas humanas e sua relação com os demais seres e com a natureza, o autor denomina de ética ambiental ou da natureza.

Para Boff (2009) na ética da natureza o que está em foco não é somente a recuperação ambiental em torno do planeta, mas as leis naturais como a natureza o demonstram, respeitando as alteridades e sintonizando o viver humano com a natureza, preservando-se nessa dinâmica. Conciliar o que a humanidade compartilha entre si, as pluralidades culturais, o interesse dos demais seres vivos, dos outros interlocutores, como os animais e o próprio planeta; esse é um grande desafio e ao mesmo tempo, a melhor oportunidade que se coloca para humanidade.

O que leva a crer que a alteridade e a ética ambiental se colocam como pressupostos para uma cidadania ambiental são as soluções geradas para as sociedades: a) é uma ótica que não ignora os processos críticos que se desenvolveram no decorrer do último século; b) contempla o ser humano como objeto de aplicação, com o objetivo de “ecologizar” a forma de existir; c) reconhece o caos relacionado ao comportamento humano; d) reaproxima a política da ética e permite traduzir essa perspectiva por meio da cidadania ambiental; e) oportuniza uma nova compreensão

de democracia, como um processo vivo e de conhecimento criativo com os outros (DUTRA, 2012).

A afirmação de que a alteridade e a ética ambiental são os pressupostos para uma cidadania ambiental planetária, conduz a outra conclusão: a de que a alteridade caracteriza a ética ambiental, a ética desejável para todos os seres humanos do planeta, que permite que a humanidade passe a integrar a natureza, mantendo-a viva, tornando-se responsável por ela e por sua própria existência e de seus descendentes, compreendendo assim, que todos os seres vivos são interdependentes.

Assim, a cidadania ambiental é a instrumentalização jurídica que permite falar em direitos e deveres, dentro de uma sociedade politicamente organizada. Diante da crise ecológica que permeia a humanidade pós-moderna, há uma urgência de compromissos éticos que retomem a sinergia que deve existir entre a humanidade e a natureza, a partir de um novo paradigma. Os problemas ambientais exigem uma cidadania constituída na alteridade, composta por um sujeito integral, movido pela ética ambiental, sem oposições entre homem e natureza, e que esteja presente a comunicação e conciliação em favor da vida (MORIN, 2005; BOFF, 2009).

Partindo dessas premissas, entende-se que os agricultores que aderem à agricultura sob o viés agroecológico demonstram uma mudança de atitudes e pensamentos, eis que revelam inquietações relativas à agricultura convencional e seus impactos, conhecem os perigos dos agrotóxicos para saúde humana e para natureza, e por consequência, exercem sua condição de cidadão, promovendo o bem-estar social e ambiental (CAPORAL; COSTABBER, 2004; DIAS, et al., 2015).

Caporal (2005) aponta que quando se trabalha sob o enfoque agroecológico, para traduzir os conceitos teóricos desse termo e, aproximá-los da realidade prática, é necessário observar atentamente determinadas premissas, tais como: a) atender os requisitos sociais, ou seja, preservar as relações sociais e tratar de maneira equitativa todos os sujeitos envolvidos, com vistas a melhoria de vida e bem-estar social; b) considerar aspectos culturais, respeitando e resgatando os saberes tradicionais; c) cuidar do meio ambiente, objetivando a conservação dos recursos naturais e, a manutenção e ampliação da biodiversidade; d) apoiar o fortalecimento de ações coletivas, possibilitando o empoderamento dos atores sociais envolvidos; e) contribuir para obtenção econômica, observando o equilíbrio entre a produção e a preservação do ambiente; f) atender a requisitos éticos, significa, comprometer-se com uma sociedade mais justa e equilibrada, pautada em relações igualitárias.

Desse modo, compreende-se que o manejo agroecológico respeita a natureza e mantém o equilíbrio entre organismos participantes no processo de produção com o ambiente. Sob essa perspectiva, Dias et. al. (2015) afirma que além das práticas, questões sociais e éticas, tais como, preocupações com impactos ambientais, cidadania, manutenção da saúde humana, valores de respeito, condições de trabalho adequadas, qualidade de vida, passaram a compor os princípios orientadores da agroecologia. Nesta prática agrícola, ressalta-se a relevância da organização social da produção e

a forma como ocorre a interação entre esta agricultura e o mercado, pois a motivação para o consumo de produtos orgânicos surge pela segurança alimentar, saúde e bem-estar que esses alimentos proporcionam, tanto para quem os produz como para quem os consome (ASSIS; ROMERO, 2002). Partindo dessa compreensão, percebe-se a presença do primeiro pressuposto para condição de cidadão ambiental, qual seja, a alteridade, pois esse requisito de proteção e maneira de cultivar representam o cuidado com o outro.

Desta forma, quando se fala em agroecologia, o enfoque está no estilo de agricultura de base ecológica, apoiada na ideia de solidariedade entre as gerações atuais e as gerações futuras, ou seja, na prática da “ética da solidariedade”, ou, simplesmente, ética ambiental (CAPORAL e COSTABEBER, 2004). Emerge desta compreensão o outro pressuposto que compõe a cidadania ambiental, a ética da solidariedade, que conduz as práticas dos cidadãos ambientais com vistas a redução de impactos no ambiente e conservação da natureza. Fica evidente a partir do exposto que a agroecologia tem como fundamentos os pressupostos que compõem a cidadania ambiental, eis que a ética ambiental e a alteridade estão presentes nos elementos que a constituem.

### 3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados foram o bibliográfico e documental e a abordagem pautou-se pelo viés qualitativo. No plano empírico, Realizou-se pesquisa de campo para investigar junto a um grupo de agroecologistas suas práticas ambientais e identificar se e de que forma tais práticas contribuem para formação de um cidadão ambiental. Para alcançar esse objetivo foram realizadas entrevistas abertas e observações de campo. O tratamento das entrevistas ocorreu por meio da análise de conteúdo proposta por Bardin (2012), levando-se em conta as ideias centrais dos entrevistados sobre o tema da pesquisa.

O grupo escolhido para realização das entrevistas e das observações de campo foi composto por agricultoras agroecológicas do município de Arroio do Meio/RS. A escolha desse grupo, levou em consideração o fato deste possuir certificação de produtos orgânicos, bem como a história e experiência na região, uma vez que é considerado um dos primeiros grupos de agricultoras ecologistas do Vale do Taquari.

As observações de campo foram conduzidas por inspirações etnográficas, pois segundo Magnani (2009), quando se pesquisam grupos regidos por diferentes padrões culturais e sociais surgem problemas de ordem metodológica, havendo assim a necessidade de basear-se na etnografia. Para tanto, conforme Silva (2009) realiza-se observações, que são relatadas em um diário de campo, com o objetivo de situar-se no local de estudo e compreender o funcionamento da cultura em análise. Esse movimento de andar pelo campo, observar atentamente o que ocorre no local

e descrever as observações no diário, permite ao pesquisador uma interação com o local e com os atores sociais envolvidos, rompendo possíveis resistências que a presença do pesquisador suscita durante o processo de entrevistas (SILVA, 2009).

Ainda, com o objetivo de evitar possíveis constrangimentos quanto à divulgação das informações prestadas, os cidadãos que consentiram participar da pesquisa por meio da entrevista, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), bem como o Termo de Autorização para Uso de Imagem.

O grupo escolhido para a investigação de campo é formado por 08 agroecologistas (à época do estudo, 05 possuíam certificação de produção orgânica e 03 estavam em processo de obtenção). O primeiro contato com o grupo ocorreu por meio da presença da pesquisadora em uma reunião das agroecologistas, momento em que foi realizado o convite para participação voluntária das agricultoras, sendo que 05 integrantes do grupo aceitaram colaborar na pesquisa. As entrevistas ocorreram no segundo semestre de 2016 e primeiro semestre de 2017. As perguntas que conduziram as entrevistas eram semiestruturadas.

O grupo para as entrevistas foi composto somente por mulheres, já que elas tomam a frente na organização do trabalho na agroecologia. Para preservar a identificação das participantes, sem contudo, perder a originalidade a identidade das entrevistadas, lhes foi solicitado que definissem suas nomenclaturas para a pesquisa. Assim, todas em consenso, se automearam por Capuchinha, Rosa, Calêndula, Orquídea e Camomila.

#### **4 | RESULTADOS E DISCUSSÕES**

As análises das entrevistas e os registros dos diários de campo demonstraram que todas as entrevistadas entendem que a agroecologia consiste numa atividade complexa, que além de respeitar os recursos naturais disponíveis, desenvolve relações diferenciadas entre os atores sociais envolvidos, resgatando as práticas tradicionais de cultivo, fomentando condutas participativas, tanto no trabalho do campo como na sociedade e, valorizando as lutas coletivas. As entrevistas demonstraram que a adesão ao modo de vida agroecológico fez alterar as percepções em relação ao trabalho, ao campo, as pessoas e a natureza, por parte das entrevistadas, visto que, estas demonstraram por meio de suas condutas e falas uma sensibilidade ao tratar dessas concepções, atribuindo novos significados a esses temas.

A percepção da agricultura se modifica com o resgate do modo de vida agroecológico, pois há uma diversificação no foco dos agroecologistas. Essas mudanças são notórias em diversos momentos. Primeiramente na concepção do uso de agrotóxicos e insumos químicos. Antes de migrar para a agricultura orgânica, algumas entrevistadas desmereciam essas práticas e, com as alterações na maneira de cultivo, esse pensamento se transformou, sendo que atualmente se identificam e

valorizam o manejo orgânico, demonstrando admiração por aqueles que migram para a agroecologia, afirmando que: “tinha uma que poxa, se fosse pensa, 20 anos atrás nunca iria dizer que essa pessoa iria ser orgânico né, podia ter essa visão de produção agroecológica, é louvável” (CAPUCHINHA).

Essas percepções se confirmaram nas observações participantes realizadas no campo. Consumidores que foram diagnosticados com câncer e passaram pelo rigoroso tratamento de combate a doença, procuraram as entrevistadas para obter alimentos orgânicos. Em conversas informais com esses consumidores, estes mencionaram que, inicialmente, a procura por tais alimentos partiu de indicação médica. Entretanto, deram continuidade a essa escolha, depois de sentirem os benefícios proporcionados por essa opção. Relataram que não se imaginam consumindo outros alimentos e, que os benefícios vão além das questões físicas, pois alcançam melhorias nos aspectos emocional e espiritual, afirmando que o contato com a natureza, a possibilidade de colher seus alimentos e os vínculos estabelecidos com as agroecologistas e seus familiares, colaboram com a cura da doença e fortificam a mente e o espírito, na trajetória do tratamento (DIÁRIO DE CAMPO 1, 27/06/17)). Durante conversas registradas nos diários de campo sobre essas questões, as entrevistadas apontaram:

Tu precisa pensar nas pessoas que irão comer esse alimento e como isso é importante na vida delas e na saúde delas. Tu viu de manhã que tem gente que vem aqui e já teve câncer, então olha a nossa responsabilidade, então tu sempre tem que pensar em trabalhar com amor. Na verdade tudo que tu faz tem que ser com amor, o alimento precisa crescer saudável, esse alimento tem que ser muito saudável, porque vai pra mesa de outras pessoas, então tu precisa colocar isso no trabalho (CALÊNDULA; DIÁRIO DE CAMPO 1, 27/06/17).

No que tange às vantagens percebidas no modo de vida agroecológico, relataram que sua motivação se encontra na natureza, pois esta mostra como o trabalho pode dar certo. Lembraram que no momento que semeiam e aguardam o resultado, a natureza se manifesta quando a planta se desenvolve, cresce e prospera, o que confirma suas expectativas, “ah eu quero planta aquela semente, quero vê como ela fica, parece que tu enxerga, ah tá dando certo, tudo isso te motiva a fazer, assim, aquela coisa de cresce, de prospera, e como a natureza consegue te mostrar as coisas”. “O que é agroecologia? É a ciência do descobrir, como tu lida com a planta e como ela te responde”. “As vezes tu descobriu alguma coisa, ah já me valeu o dia, já me valeu a semana, nessa divulgação e em tudo. Que nem essa questão agora do bioma, da campanha, poxa que coisa boa né, a gente pode divulgar”. Em suas falas afirmaram ainda que o contato com a vida e com os seres humanos se apresenta como uma grande motivação pois, são constituídos vínculos afetivos com todos os envolvidos, desde os apoiadores até os consumidores, dos quais estas não conseguem mais abrir mão: “agroecologia é saber lidar com pessoas e o cuidado com o meio ambiente” (CAPUCHINHA; ROSA; CALÊNDULA; ORQUÍDEA; CAMOMILA).

O grupo também demonstrou sentimento de valorização das suas atividades

quando da transmissão dos seus conhecimentos para seus familiares e amigos mais próximos e, para as demais pessoas, nos momentos em que recebem visitas para troca de saberes ou, quando ajudam alguém a aderir ao modo de vida agroecológico. Também fomentam seus saberes na sua comunidade (Forqueta) para todos os moradores, nos encontros comunitários, falando sobre alimentação saudável e ervas medicinais. Além disso, tem-se as trocas realizadas na feira orgânica semanal do município e em todas as oportunidades que possibilitam diálogos sobre essa temática.

Outro benefício relatado diz respeito à segurança alimentar, pois estas consideram suas atividades relevantes para obter uma alimentação de qualidade, que contribua com a saúde de todos. Existe uma preocupação sobre a possibilidade de faltar alimentos para a população, transparecendo novamente a ideia de alteridade. Orquídea enfatizou: “pra ter alimento para todo mundo, porque um dia vai faltar. Eu penso em todos, não pode pensar só em si, tem que pensar em todos”. As preocupações manifestadas pelas entrevistadas também envolvem questões relativas à educação ambiental, quando estas, por exemplo, demonstram rancor por aqueles que prejudicam o ambiente, principalmente, por meio da aplicação de agrotóxicos.

Nesta linha as seguintes manifestações: “É todo esse caso que a gente tem que cuidar da natureza e até o próprio lixo, tu sempre procura recolher aquilo que não apodrece e deixa assim o ambiente mais saudável” (ROSA). “Deixar criar a natureza e, não destruir” (ORQUÍDEA). “A primeira coisa que vem é por causa do veneno, que me dói, que me machuca muito, porque pensa, tem açude, tem arroio e tem bicho que depende disso, como é que pode ser bom” (CAMOMILA).

Um dos grandes benefícios deste modo de cultivo, percebido e afirmado pelas entrevistadas, se encontra no amor e orgulho que estas sentem pelo trabalho. Conforme expressado por elas: “Olha é um orgulho, é um orgulho tu fazer isso, agora tu é reconhecido, uns anos atrás tu sempre lutava pra ser reconhecido aquilo que tu faz, não acreditaram, mas agora é muito bom, porque eles te reconhecem, o trabalho que tu faz, e é muito bom”. “A minha vontade de mexer com a terra, pegar uma enxada e plantar, eu amo o que eu faço”. “E também dizer como é que tu faz as coisas, acho que é importante também, é uma satisfação de novo” (CAPUCHINHA; ROSA; CALÊNDULA).

Nas observações *in loco*, pôde-se confirmar essas representações de satisfação em relação as atividades exercidas e também a valorização do gênero, pois estas consideram que o trabalho na agroecologia gera prestígio e o enaltecimento à profissão. Também ficou demonstrado que essa forma de trabalho empodera essas mulheres. Segundo os diários de campo: “Como mulher eu também me sinto valorizada, e é o trabalho que me deixa assim” (CALÊNDULA; DIÁRIO DE CAMPO, 27/06/17).

As falas apresentadas pelas entrevistadas corroboram com os entendimentos de Lapierre (2003), pois o autor defende que o cidadão precisa ser participativo, não se sujeitando a permanecer como mero beneficiário do Estado. Para tanto, considera que fóruns de discussão regionais e municipais possibilitam a expansão e consolidação da

participação, condutas fundamentais para a propagação da cidadania.

Os dados coletados demonstram uma forte valorização da agroecologia, do trabalho, do grupo e das demais pessoas da comunidade. As entrevistadas estabeleceram vínculos, tanto profissionais quanto na vida pessoal, com todos os envolvidos. Possuem discursos intensos sobre suas preocupações em relação aos alimentos que fornecem e o futuro da população, no que diz respeito à segurança alimentar e à saúde pública. Nota-se que as agroecologistas revelam respeito pela natureza e pelos outros, tanto os humanos quanto os demais seres, é por essa razão que é possível afirmar que atitudes de alteridade, ética ambiental e solidariedade estão presentes na forma com a qual estas conduzem suas práticas cotidianas, revelando assim, o exercício da cidadania ambiental.

As condutas e pensamentos exteriorizados pelo grupo reforçam a compreensão de que os sujeitos necessitam guiar-se por uma ética fundamentada pela natureza, que contemple os seres humanos em duas proporções: como ser racional, livre e autônomo e, como ser natural, que “se encontra enraizado como um ser-no-mundo junto com os outros”. Boff denomina este novo modo comportamental humano e seu trato com os demais seres e com o meio ambiente de “ética ambiental”, a qual considera duas questões: o fato da natureza humana estar em contínuo processo de evolução e, seu caráter histórico, sujeito às mudanças em decorrência da sua própria liberdade, oportunizando novas configurações. Em vista disso, os seres humanos formam um sistema aberto, capaz de constituir relações ilimitadas, juntamente com outros no mundo (BOFF, 2009).

Verificou-se pois que os modelos de produção agroecológicos podem sim ser considerados práticas de cidadania ambiental, na medida em que tais condutas abarcam as necessárias transformações de comportamento, tidas como guia para o efetivo exercício da cidadania. O cuidado com o outro, seja na esfera social ou ambiental, está presente em todas as atitudes demonstradas pelas entrevistadas, tanto em suas falas como no formato do trabalho, sendo que tais condutas foram reafirmadas pelas observações participantes.

Nota-se que há uma valorização das relações sociais, que atravessa o grupo de agroecologistas e a comunidade, desenvolvendo fortes elos entre essas pessoas, constituindo cada vez mais a união dos que vivem na localidade de Forqueta, em prol de causas comuns e benefícios para todos. Nesse sentido, percebe-se que o próprio trabalho realizado na agroecologia sensibiliza os envolvidos para o acolhimento do outro e perpetua os relacionamentos estabelecidos entre os cidadãos e a natureza.

Por fim ainda é possível atribuir às entrevistadas a condição de cidadãs altruístas, eis que suas atitudes não condizem com ideais egoístas ou individualistas, uma vez que estas não se pautam por condutas isoladas, pelo contrário, fomentam a concepção do viver comunitário, onde todos prezam pelas lutas coletivas, engajando-se para a concretização do bem-estar social, atitudes essas, consolidadas por meio da agroecologia, como revelam os dados contidos nas categorias emergentes.

Desse modo, entende-se que as práticas efetuadas no modo de vida agroecológico conduzem ao exercício da cidadania ambiental. Por fim, cabe ressaltar a evolução dos pressupostos da cidadania ambiental ao longo dos resultados. Parte-se dos pressupostos referentes à alteridade e à ética ambiental, identificados no marco teórico empregado, e ao final, constituem-se oito pressupostos: proteção socioambiental; responsabilidade; participação comunitária; alteridade; ética ambiental; equidade; solidariedade e espiritualidade.

## 5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os riscos produzidos pela espécie humana ao Planeta e a sua própria espécie ao longo dos últimos anos, não permitem mais que se assuma, na atualidade, a condição de cidadão “ilha” ou que se viva em uma bolha. Se os problemas já alcançaram o *status* de transfronteiriços, a cidadania também precisa se reinventar. As investigações realizadas no presente estudo demonstraram que a agroecologia pode contribuir com esse novo cenário.

A triangulação dos dados coletados deixou evidentes a forte presença do espírito de comunidade, do sentimento de solidariedade, e da alteridade nesse modo de vida, pois as práticas ambientais exercidas e constatadas na pesquisa representam a maneira ética com que as agricultoras conduzem suas atividades, pressupostos esses que demonstram a presença da cidadania ambiental no âmbito agroecológico.

Tais constatações não conduzem, contudo, ao patamar das certezas. Outras indagações surgem a partir destas: como essas práticas ambientais podem se estender ao ambiente urbano? Como disseminar os saberes locais? Será, por meio de políticas públicas ou educação ambiental? Ou até mesmo, como tais mudanças de atitude podem alcançar níveis globais? Diante do protagonismo feminino em torno das causas agroecológicas, como envolver o universo masculino nessas lutas? Como outras mulheres se relacionam com o ambiente, especialmente, urbanas?

Essas provocações podem conduzir a novas pesquisas no âmbito agroecológico ou para além dele. Sobretudo a mensagem resultante desta conjuntura é a busca incessante de esperança, pois a luta travada por essas mulheres na agroecologia demonstra que é possível, mediante árdua persistência, constituir uma comunidade mais solidária, onde as lutas coletivas embasam os esforços individuais, realizando significativas transformações locais.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, Renato Linhares de; ROMERO, Ademar Ribeiro. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, n. 6, p. 67-80, 2002.
- BAGGIO, A. C. A sociedade de risco e a confiança nas relações de consumo. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 127-147, jan./jun. 2010.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2012.

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Record, 2009.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia. In: MOREIRA; L. F.; CAPORAL, F. R. (Orgs.). **Projeto Inovar**: Agroecologia. Belo horizonte: EMATER/MG, 2005.

\_\_\_\_\_; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CESAR, Alexandre. **Acesso à Justiça e Cidadania**. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo para uma teoria da cidadania**. Edições Loyola. São Paulo, 2005.

COVRE, Maria de Louders Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DIAS, V. da V.; et. al. O mercado de alimentos orgânicos: um panorama quantitativo e qualitativo das publicações internacionais. **Revista Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v. XVII, n. 1, p. 161-182, 2015.

DUTRA, Tônia Andrea Horbatiuk. **A Alteridade como Tônica para uma Cidadania Ecológica**: uma reflexão a partir da concepção de sujeito em Morin e Guattari. Florianópolis-SC, 2012.

IBGE. **Rio Grande do Sul**: Arroio do Meio. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=430100>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

HERKENHOFF, João Baptista. **ABC da Cidadania**. (Cartilha editada pela Secretaria Municipal de Cidadania da Prefeitura de Vitória, para distribuição gratuita, com o objetivo de contribuir no esforço de educação para a cidadania.) 4 edição, Vitória, ES. 2012.

LAPIERRE, Jean-William. **Qué es ser ciudadano?** Trad. Sofía Vidaurrazaga Zimmermann. Madrid: Biblioteca Nueva, 2003.

LYOTARD, Jean-François. **A condição pós-moderna**. 11. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2009.

LEITE, José Rubens Morato; AYALA, Patryck de Araújo. **Direito Ambiental na Sociedade de Risco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

MAGNANI, J. G. C. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 129-156, 2009.

MORIN, E. **O método 2**: A vida da vida. Tradução Marina Lobo. Porto Alegre: Sulina, 2005.

\_\_\_\_\_.; KERN, A. **Terra – Pátria**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

REIS, Suzéte da Silva; COSTA, Marli Marlene Moraes da. Participação Política enquanto dever fundamental da cidadania: aportes teóricos. In: GORCZEVSKI, Clovis (org.). **Direitos Humanos e Participação Política**. 1 ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2010.

SCHERER, Márcia. **Ambiente e Cidadania**: estudo sobre a ação do Estado Democrático de Direito na inclusão social e na sustentabilidade. Lajeado: Univates, 2008.

SILVA, Hélio R. S. A situação etnográfica: andar e ver. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 171-188, 2009.

TURATTI, L. Cidadania ambiental: participação política além fronteiras. In: GORCZEVSKI, Clovis (org.). **Direitos Humanos e Participação Política**. 1 ed. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2010.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e Globalização**. 8.ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

## **SOBRE OS ORGANIZADORES**

**TAYRONNE DE ALMEIDA RODRIGUES** Filósofo e Pedagogo, especialista em Docência do Ensino Superior e Graduando em Arquitetura e Urbanismo, pela Faculdade de Juazeiro do Norte-FJN, desenvolve pesquisas na área das ciências ambientais, com ênfase na ética e educação ambiental. É defensor do desenvolvimento sustentável, com relevantes conhecimentos no processo de ensino-aprendizagem. Membro efetivo do GRUNEC - Grupo de Valorização Negra do Cariri. E-mail: tayronnealmeid@gmail. com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9378-1456>

**JOÃO LEANDRO NETO** Filósofo, especialista em Docência do Ensino Superior e Gestão Escolar, membro efetivo do GRUNEC. Publica trabalhos em eventos científicos com temas relacionados a pesquisa na construção de uma educação valorizada e coletiva. Dedicar-se a pesquisar sobre métodos e comodidades de relação investigativa entre a educação e o processo do aluno investigador na Filosofia, trazendo discussões neste campo. Também é pesquisador da arte italiana, com ligação na Scuola de Lingua e Cultura – Itália. Amante da poesia nordestina com direcionamento as condições históricas do resgate e do fortalecimento da cultura do Cariri. E-mail: joaoleandro@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1738-1164>

**DENNYURA OLIVEIRA GALVÃO** Possui graduação em Nutrição pela Universidade Federal da Paraíba, mestrado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e doutorado em Ciências Biológicas (Bioquímica Toxicológica) pela Universidade Federal de Santa Maria (2016). Atualmente é professora titular da Universidade Regional do Cariri. E-mail: dennyura@bol.com.br LATTES: <http://lattes.cnpq.br/4808691086584861>

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-321-7

